

O Judiciário, a Lei e o crescimento

ECONOMISTAS ESTÃO SENDO FORÇADOS A PARTICIPAR DO DEBATE JURÍDICO

ROLF KUNTZ

ODireito é tão importante para o crescimento da economia quanto a taxa de investimento, a oferta de mão-de-obra e a produtividade total dos fatores de produção – e um número crescente de economistas brasileiros vêm dando atenção a essa variável. Em certa medida as condições legais são determinantes dos outros fatores: podem afetar as decisões sobre quando, em que setor e em que país investir. Esse dado ganha relevância sem precedente num mundo em que é quase irrestrito o campo de escolha dos investidores. No entanto, uma parte considerável dos advogados e juristas parece não ter notado, no Brasil, o peso que os temas legais vêm ganhando no debate sobre o desenvolvimento econômico. Estão sujeitos, portanto, a ser atropelados por uma realidade que vem mudando com muita rapidez nas economias mais dinâmicas e que tende a impor-se também à sociedade brasileira.

Nesta semana, foi o professor José Márcio Camargo, sócio da Consultoria Tendências, que escreveu um pequeno artigo sobre o assunto, comentando e elogiando o discurso de posse do ministro Nelson Jobim na presidência do Supremo Tribunal Federal. Três condições consideradas importantes para o crescimento econômi-

co rápido e sustentável ainda não estão consolidadas no Brasil, segundo o economista: direito de propriedade bem definido, respeito ao cumprimento de contratos e sistema judiciário rápido, previsível e acessível a todos os cidadãos. Ao propor uma agenda para discussão dos problemas da Justiça, o ministro Jobim, afirmou José Márcio Camargo, mostrou reconhecer os “custos que têm sido impostos à sociedade pelo corporativismo” existente nesse poder. “Afinal, a ‘questão judiciária’ chegou ao próprio Judiciário”, comemorou o economista.

Vários colegas seus têm discutido, em artigos ocasionais ou em estudos sistemáticos, as múltiplas relações entre o sistema legal e judicial e o funcionamento da economia. Há pouco tempo, Sérgio Werlang, ex-diretor do Banco Central e hoje diretor do Itaú, tratou de aspectos do Código Civil e do debate sobre “a função social do contrato” num belo artigo publicado pelo jornal *Valor*. Edward Amadeo, também sócio de Tendências, escreveu no fim de maio sobre como o poder normativo exercido pela Justiça do Trabalho pode tornar instáveis as regras e os contratos.

Um trabalho pioneiro vem

sendo realizado há anos pelo economista Armando Castelar Pinheiro, do Ipea. Desde os anos 90, quando funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ele vem estudando as relações entre o Direito e a Economia, especialmente no Brasil.

Só no ano passado três de seus trabalhos foram divulgados pelo Ipea como textos para discussão: “Judiciário, Reforma e Economia: a Visão dos Magistrados”, “Regulatory Reform in Brazilian Infrastructure: where do We Stand?” (Reforma Regulatória na Infra-estrutura brasileira: Onde Estamos?) e “Direito e Economia num Mundo Globalizado: Cooperação ou Confronto?”.

Esses economistas não estão invadindo, irresponsavelmente, uma área de especialização de outros profissionais. Estão discutindo, alguns de forma sistemática, outros como livres atiradores, temas essenciais à mudança econômica e à conquista de novos níveis de competitividade. Estão tratando daquilo que ficou conhecido, nos anos 90, como a segunda geração de reformas.

Essa classificação resultou de uma agenda política proposta pelo Banco Mundial há mais

de dez anos e encampada por vários governos do mundo em desenvolvimento. Desqualificá-la como mera expressão do falso Consenso de Washington é perder o que há de importante no debate.

Segurança de contratos, respeito a regras, clareza das normas, simplicidade e eficiência do processo judicial, acessibilidade da Justiça, funcionalidade do sistema tributário e eliminação de entraves burocráticos podem fazer enorme diferença quando se trata de investir, produzir e competir internacionalmente. São, portanto, fatores cada vez mais importantes para as decisões de investimento.

É por isso que economistas se interessam pelo assunto e tentam a incorporá-lo a seu campo de atividade. Alguns advogados e juristas estão fazendo o caminho inverso, porque descobriram que sua eficiência profissional e acadêmica será maior se avançarem pelo terreno da economia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece ter descoberto a relevância daqueles temas. Deu sinais disso ao falar, na terça-feira, sobre a importância de garantir contratos e criar um ambiente de segurança legal. Alguns de seus ministros ainda não chegaram lá. Talvez nunca cheguem. O presidente deveria preocupar-se com isso.

■ Rolf Kuntz é jornalista

10 JUN 2004

ESTADO DE SÃO PAULO